

Local: Salão nobre do edifício sede do município de Armamar -----

Data: 27 de fevereiro de 2017 -----

Abertura da reunião: nove horas e cinquenta minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da assembleia municipal de Armamar, Mário Torres Marta, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Maria do Carmo Sousa Ferreira, desempenhado as funções de 1.ª secretária e Luís Manuel Costa Rodrigues, 2.º secretário (a partir do início da ordem do dia) -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A mesa da assembleia municipal, justificou as faltas dadas na primeira e única reunião da sessão de novembro de 2016, a Jorge Ferreira Rodrigues e Rui Gaspar e comunicou a substituição, na presente sessão, de Jorge Augusto Rodrigues por Jorge Cambotas e do presidente de junta de freguesia de Cimbres, Hélder Carvalho, pelo secretário, Lino Santos. -----

A presente sessão iniciou-se com a ausência de Hernâni Almeida, Maria dos Prazeres Mendonça, Márcio Morais, Paulo Tolda, Rui Gaspar, Ricardo Fonseca e António Pinto.-
O presidente da assembleia municipal, transmitiu que, com muita honra, aceitou o convite do senhor presidente da câmara para o acompanhar na representação do município de Armamar para celebração de protocolo de cooperação com o município de Jacquville, na Costa do Marfim. Na visita ao país, para além da classe residencial daquela vila, contactaram com as mais altas individualidades de estado e com toda a classe política. -----

Presidente da câmara municipal, uma vez que já passou algum tempo desde a última assembleia municipal, quis referenciar algumas situações e prestar alguns agradecimentos. Começou por agradecer às associações e instituições locais por se terem associado à iniciativa de enfeitar a sede do concelho, no período natalício, com decorações de natal. Apresentaram-se em grande nível e a sede do concelho ficou mais brilhante e mais agradável aos olhos de todos. -----

Fez menção ao concerto de Ano Novo pela Banda de Música de Armamar. Este foi o último concerto da banda, no modelo inicial, Class Band. Inicia-se um novo ciclo. A banda continua, passando a designar-se Banda de Música dos Bombeiros Voluntários

de Armamar, com um novo maestro e novos desafios para o futuro. O novo maestro, responsável pela banda de música, é alguém com bastante currículo e provas dadas noutras bandas. Referiu que o presidente da direção dos bombeiros já lhe apresentou o projeto que existe para a Banda de Armamar e não tem dúvidas de que continuará a fazer um excelente trabalho e a ter muitos sucessos. -----

Disse, também, que durante este período decorreu a tomada de posse do Conselho Municipal de Turismo que já teve a primeira reunião. Estiveram presentes entidades locais e nacionais entre elas o representante do Turismo Porto e Norte de Portugal. Foi uma reunião de trabalho profícua para o desenvolvimento do plano estratégico do Turismo, para definição de uma carta orientadora sobre os passos a dar nesta atividade tão importante para o concelho que, cada vez mais, se afirma como um potencial económico. -----

Deu os parabéns ao Grupo de Teatro Filhos do Vento pela peça que apresentaram com o título “A Coisa”, à qual assistiu. Foi um espetáculo de alta qualidade que demonstra que em Armamar se pode fazer cultura ao mais alto nível. -----

Deu conta da visita de cortesia da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, Helena Mesquita Ribeiro, no dia 19 de janeiro, por força da reabertura do Juízo de Proximidade e referiu que, no dia 3 de fevereiro, foi inaugurado, oficialmente, o Quartel da GNR de Armamar com a presença de sua excelência a Ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa. -----

Fez referência à publicação do INE, sobre os dados das exportações por município, onde Armamar foi, no distrito de Viseu, o concelho que mais aumentou as exportações. Passou de 387 mil euros para mais de 1 milhão e 500 mil euros aumentando, assim, 390%. É um facto relevante e de congratulação para todos, o que quer dizer que “estamos” no bom caminho. Aquilo que se exporta, normalmente, são produtos de excelência. -----

Referiu-se ao Índice de Transparência Municipal, assunto tantas vezes discutido nesta assembleia, não pelas melhores razões. Disse que é com orgulho que, hoje, vê o município de Armamar, no Top 50 dos municípios do país mais transparentes. Como todos sabem Armamar ocupava a posição 288 em 2015 e passou a ocupar a posição 43 em 2016. Esta posição é fruto do trabalho de todos, não só do presidente da câmara mas também dos vereadores e colaboradores do município, a quem deixou o seu reconhecimento pelo bom trabalho efetuado. -----



Referiu que o problema da estrada em Aldeias, causado pelas intempéries do inverno passado, já se encontra resolvido. Como se pode verificar a construção do muro e a pavimentação estão concluídos e está reposta a normalidade, em termos de tráfego e rede viária. Também já foi efetuada a pavimentação do troço que faltava entre Lumiares e a barragem daquela localidade. -----

Comunicou que o problema da empresa Fumados Douro se encontra resolvido e está no bom caminho, facto que o deixa muito satisfeito. A empresa foi adquirida há cerca de três semanas por outra de Vila Nova de Paiva e a maior parte dos postos de trabalho vão ser garantidos. É uma notícia importante para a economia local e para toda a população. -----

Deu também os parabéns às duas turmas da escola José Manuel Durão Barroso por terem conseguido o primeiro e o terceiro prémios no concurso literário, “Conto Infantil Ilustrado Correntes d ‘Escritas Porto Editora 2017””. Estes prémios demonstram a qualidade dos “nossos alunos e do nosso ensino”. -----

Agradeceu à Associação Cultural e Recreativa de Contim por, mais um ano, ter organizado o desfile de Carnaval que foi um evento com grande qualidade e às escolas e IPSS que na sexta feira desfilaram pelas ruas de Armamar e se apresentaram a grande nível. -----

Disse que decorreu a montaria do javali que contou com a participação de 130 caçadores e foi um sucesso. Foram abatidas 4 peças de caça. Poderia ter sido um pouco melhor, mas o mais importante foi que tudo decorreu em segurança e dentro da normalidade. Encerrou-se, assim, a época venatória. -----

Deixou um voto de pesar e um agradecimento público a duas pessoas que faleceram, muito ligadas ao município e sempre disponíveis a representá-lo. O senhor Baltasar Teixeira de Fontelo, Cesteiro e o senhor Anacleto Cruz de Cimbres, Soqueiro. -----

Terminou fazendo o balanço da visita à Costa do Marfim. Referiu que se integrou num projeto que a embaixada daquele país, em Portugal, tem de aproximação, quer institucional quer económica, dos municípios portugueses com os municípios marfinenses. A comitiva do município foi constituída pela sua pessoa, pelo senhor presidente da assembleia municipal, Mário Marta, pelo chefe de gabinete Augusto Azevedo e por dois representantes da embaixada, o Dr. Levri que é o Chanceler da Embaixada da Costa do Marfim em Portugal e o senhor Manuel Carvalho, “nosso conterrâneo” que já tinha acompanhado outras delegações, como Lamego e Régua,

noutras ocasiões. Disse que foram recebidos pelas mais altas individualidades políticas, do país. Estiveram com o senhor ministro do interior que é a segunda figura de estado, com a Grande Chanceler que é a pessoa que domina, controla e superintende todas as embaixadas espalhadas pelo mundo e com a Associação de Municípios da Costa do Marfim. Na cidade de Jacquville tiveram reuniões com várias personalidades daquele município e com entidades governativas a nível do país. Disse que a Costa do Marfim é um dos países africanos em maior crescimento, com muito potencial para poder vir a importar os “nossos” produtos, nomeadamente, vinho e maçã, produtos pelos quais mostraram grande interesse. A Costa do Marfim, tem o maior porto da África Central e é um pólo de distribuição para os países limítrofes. Parece que é um país de oportunidades com quem “teremos” de trabalhar de forma mais próxima quer institucional, quer económica. Prevê-se que durante o mês de maio se desloque uma comitiva de seis empresários marfinenses para conhecer o “nosso” território e para se começar a dar passos no que poderá ser uma parceria de sucesso. -----

Presidente da assembleia municipal, pegando nas últimas palavras do senhor presidente da câmara acrescentou que estiveram com a comunidade portuguesa na Costa do Marfim, com trabalhadores do “nosso” concelho, nomeadamente com a representação da empresa Francisco Pereira Marinho que tem instalações em Lamego e ligação à pedreira de Fontelo -----

Exposição e análise de assuntos gerais de interesse para a autarquia -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra os seguintes membros: -----

Presidente da junta de freguesia de Queimada, fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

“Cultura: -----

Quero dar os parabéns à Escola, corpo docente e aos alunos das turmas do 4.º A e 4.º B conquistaram o primeiro e terceiro lugares, respetivamente, do Prémio Conto Infantil Ilustrado Corrente d’ Escritas Porto Editora 2017. -----

O Corrente d’ Escritas que é organizado na Póvoa de Varzim, é um encontro anual de escritores de expressão ibérica, onde este ano participaram mais de 80 escritores de 13 nacionalidades de língua portuguesa e espanhola, desde a Península Ibérica, América Central e do Sul e África Lusófona. -----

O Corrente d’ Escritas é considerado o maior encontro de literatura que se realiza em



Portugal. -----

Aliás na Cidade da Póvoa, existe o Diana Bar, o qual foi transformado em biblioteca de praia, onde existia uma tertúlia de intelectuais entre eles José Régio e Fausto José Poeta de Aldeias. -----

Turismo: -----

O Douro tem dezanove concelhos e um deles é Armamar, este concelho é ligado por pontes romanas ao concelho de Tarouca e Tabuaço há mais de dois mil anos. Não é por acaso que no concelho de Armamar existe a Quinta dos Frades e em Tabuaço Ninho das Águias, nesta altura, a ordem de Cister já era uma escola agrícola a qual expandiu a agricultura na nossa região. -----

Todas as freguesias têm o dever de colaborar neste projeto concelhio e regional, que serve para divulgar a nossa história direcionada para o turismo, por isso foi criado o Conselho Municipal de Turismo de Armamar. -----

Pessoas com limitações físicas e psicológicas: -----

No concelho de Armamar, existem mais de 50 pessoas com limitações físicas e psicológicas, nós temos o dever social, educacional para combater esta lacuna existente no concelho, mobilizando toda a sociedade para a causa comum da sua inclusão. -----

Foi criado um núcleo em Armamar denominado “Pais em Rede” nasceu a partir de um grupo de mães que queriam mudar a sociedade pela inclusão dos seus filhos com deficiência tem o estatuto de “Organização Não Governamental para Pessoas com Deficiência” (ONGPD) Nacional. É constituída por uma rede de núcleos, e tem como objetivo promover a inclusão social das pessoas com deficiência e suas famílias, centrando-se na Cidadania Ativa. -----

No Concelho de Armamar, temos o dever social, educacional, e colaborar para combater esta lacuna existente no concelho, mobilizando toda a sociedade para a causa comum da sua inclusão.” -----

Presidente da junta de freguesia de Santa Cruz, fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

“ Começo por cumprimentar o senhor presidente da assembleia, os membros da mesa, o senhor presidente da câmara municipal e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, colegas presidentes de junta e público presente. Começo por comunicar que a minha intervenção não é uma posição individual, mas sim o reflexo de

todos os utentes do ginásio, piscinas cobertas que lutaram para que houvesse uma alteração quer em termos de horário quer em matéria de programa. Portanto em meu nome e em nome de todos eles agradecemos a este executivo a deliberação favorável ao alargamento do horário de funcionamento das instalações, assim como, a criação de um novo programa que de facto vai ao encontro da maioria das necessidades dos utentes. Estamos convictos que é sempre possível fazer melhor, basta para isso haver disponibilidade e alguma sensibilidade de quem por direito decide. Esperemos também que as mudanças não fiquem por aqui e que as sugestões dos utentes nunca deixem de ser atendidas. Obrigada.” -----

Presidente da câmara municipal, agradeceu as duas intervenções feitas. A primeira da senhora presidente de junta de Queimada que veio, e muito bem, realçar a importância do prémio ganho pelas turmas do 4.º ano da escola José Manuel Durão Barroso, uma vez que fez o enquadramento da dimensão do “Correntes d’ Escritas”, no mundo literário, o que enaltece e engrandece, ainda mais, o feito dos alunos e dos docentes. Em relação ao Conselho Municipal do Turismo referiu que este tem a sua composição. Nele estão representados o presidente da câmara, alguns presidentes de junta e outras pessoas das atividades ligadas ao turismo. O contributo pode e deve ser de todos. Quer os presidentes de junta, quer outros membros do conselho ou pessoas da sociedade civil em geral, podem fazer chegar as suas sugestões e contributos para que se possa fazer um melhor trabalho nesta atividade tão importante para o concelho. Em relação ao “Pais em Rede” disse que o projeto da criação do núcleo, em Armamar, já foi apresentado à câmara. É um projeto de extrema importância e relevância na ajuda a pessoas com limitações físicas e psicológicas. Estão a dar os primeiros passos. Soube que tinham previsto uma viagem ao Fundão, onde existe um núcleo que funciona muito bem, mas entretanto que foi cancelada porque têm o edifício em obras. Disse que, em reunião da câmara municipal, foi deliberado a disponibilização de um espaço para a sede do núcleo, em Armamar, e “vamos” trabalhar todos em conjunto porque, com certeza, os resultados serão melhores, no futuro. -----

Em relação à intervenção da senhora presidente de junta de Santa Cruz disse que procura, sempre, tomar as decisões que vão de encontro às pretensões dos utilizadores do equipamento da piscina municipal. Esta decisão foi tomada em consciência por se ter percebido que iria servir melhor quem utiliza o espaço. Mas, o



facto é que nunca tinham feito chegar, de forma tão oficial, essa possibilidade e por isso é que, se calhar, não aconteceu mais cedo. Disse ainda que a câmara está recetiva a todas as sugestões que sirvam para melhorar o funcionamento dos espaços municipais. -----

Paulo Vieira, referiu ter sido apanhado de surpresa, em relação aos prémios literários ganhos pelos alunos da escola básica José Manuel Durão Barroso. Foi uma surpresa boa pelo que deu os parabéns aos alunos do 4.º ano. Sugeriu à câmara que divulgue mais este tipo de prémios para que no futuro outras crianças se possam sentir motivadas a poderem usufruir desse desempenho. -----

Disse ter já falado uma série de vezes do estado calamitoso em que se encontram as estradas do concelho. Deu o exemplo da estrada nacional 313 que precisa, urgentemente, de requalificação. Foi um ano em que nem choveu muito, imagine-se se tivesse chovido. Este ponto carece, mesmo, de uma análise. Verificou que requalificaram a curva em Gogim, junto à Associação “Jograis de Gogim” e questionou o porquê de ter sido só uma parte, tendo outra ficado em terra. Outro ponto que considera grave, a nível de trânsito, é o cruzamento de Aldeias, no Lugar do Padrão. A estrada foi pintada e a linha que era descontínua, passou a ser contínua, ou seja, em vez de se virar à esquerda e dar a direita ao cruzamento de Aldeias, neste momento obriga a dar a esquerda. Poucas pessoas o fazem e confessou que por estar tão habituado a dar a direita muitas vezes se esquece de dar a esquerda. Existe ali um problema que vão ter de analisar. Se o autocarro, pertença da câmara, for dar a esquerda não consegue fazer o cruzamento, ou seja, tem de passar mesmo em cima do traço contínuo. Além de que, quem vai para a Régua não pode descer, logo, ali à esquerda tem de contornar e se o autocarro o quiser fazer também não pode. As autoridades estão atentas e já aconteceram algumas situações em que os condutores não cumpriram e sofreram as consequências. -----

Elogiou o crescimento das exportações do município o vem a comprovar que os investidores privados estão a fazer um bom trabalho. Espera que as coisas continuem assim e que a câmara continue a promover capacidades para os privados continuarem a exportar e produzir mais. Só assim haverá um aumento económico e mais desenvolvimento, no concelho. -----

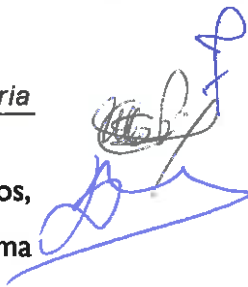
Jorge Cambotas, deu os parabéns aos alunos do 4.º ano pelos prémios recebidos. Deu também os parabéns ao município assim como a todos os funcionários da

autarquia, pela subida no Índice de Transparência Municipal, pois é a eles que se deve este resultado. Recordando que sempre foi uma insistência do CDS. -----

Entrando noutra assunto, relacionado com o parque infantil junto ao edifício dos Bombeiros Voluntários, referiu ser uma zona de lazer sem acesso a cadeiras de rodas, deficientes e carrinhos de bebés, que merece ser resolvido. -----

Sobre a deslocação da delegação de Armamar à Costa do Marfim, disse que em 2016 se deslocou àquele país uma delegação do Douro com alguns empresários e as câmaras de Lamego e Peso da Régua. A câmara de Armamar, apesar do convite endereçado pelo responsável da delegação, o senhor Manuel Carvalho, não foi. Os motivos dados, em reunião de câmara e aceites por unanimidade, foram de que não tinha interesse especial para o concelho de Armamar e, inclusivamente, não lhe merecia especial credibilidade, o mentor dessa iniciativa. Passados poucos meses, vão de visita à Costa do Marfim o senhor presidente da câmara, o senhor presidente da assembleia municipal e o chefe de gabinete liderados pelo senhor Manuel Carvalho. Assim sendo, questionou: “Que interesse e objetivos trouxe esta viagem para o concelho? Porque razão houve mudança de atitude? Se havia vontade de fazer a viagem, qual a razão de não terem ido com a delegação do Douro? Em quanto ficou esta viagem aos bolsos da autarquia, ou seja, dos armamarenses”? -----

Presidente da câmara municipal, em relação à intervenção de Paulo Vieira, referiu ter consciência do estado em que se encontram algumas estradas do concelho. Têm-se feito melhoramentos e investimentos pontuais e é o que se vai continuar a fazer. Como todos sabem, o novo quadro 2020 não traz qualquer tipo de comparticipação para rede viária e a autarquia, por si só, não tem capacidades para resolver todas as necessidades. Em relação à curva de Gogim, a pavimentação que se fez foi no seguimento do alargamento da via e a parte sobranete vai ser objeto de outro tipo de intervenção. Vão ser colocados 7 ou 8 lugares de estacionamento e a pavimentação será em cubo. Em relação ao ponto negro do trânsito em Aldeias disse que, se calhar, as marcas rodoviárias do pavimento não são muito perceptíveis porque o traço é descontínuo de um lado e de outro. Quando se fez a primeira marcação pintou-se o traço contínuo mas depois foi corrigido ficando descontínuo nos dois lados. Não se tem a perceção, dessa situação, do lado de cá. Percebe que não será fácil para veículos pesados fazer aquela manobra sem transgredir. A câmara tem feito contactos no



sentido de resolver o problema, inclusivamente, tem a promessa, acerca de dois anos, da proprietária do terreno contíguo, doar à câmara o quintal para se fazer uma intervenção. Percebendo que se tratava de uma herança, pediu-se à proprietária que resolvesse os problemas, em termos prediais e registo, em seu nome para se oficializar a situação mas, ao que parece, até ao momento ainda não teve oportunidade de o fazer. -----

Em relação à intervenção de Jorge Cambotas, agradeceu as palavras proferidas sobre o Índice de Transparência Municipal. -----

Sobre o parque infantil de Armamar referiu que já foram estudadas várias soluções para dar oportunidade a pessoas com mobilidade reduzida ou até os carrinhos de bebé terem acesso àquela zona de lazer, ao parque desportivo e ao parque infantil. Não é uma obra fácil em termos de engenharia. O que estava previsto, ou o que seria a obra ideal e com custos reduzidos, era fazer-se o acesso através do parque exterior do jardim de infância, o que está fora de questão, por ser um recinto escolar que não tem de ter acesso a pessoas estranhas. De qualquer forma está em estudo outra solução. Em relação à viagem à Costa do Marfim, desconhecendo quem lhe fez chegar a informação proferida, disse que o assunto nunca foi discutido, em reunião de câmara. Referiu que quando foi a delegação da Régua e de Lamego, em finais de Novembro, a delegação de Armamar também foi convidada. Por razões pessoais e familiares do presidente da câmara não foi possível ir nessa delegação mas ficou sempre o compromisso de “irmos” quando houvesse oportunidade. Foi o que aconteceu. Quanto aos custos da viagem não sabendo ao pormenor disse que rondou os 3.800, 3.900 euros. -----

Manuel Paiva, deu os parabéns aos alunos pelo primeiro e terceiro prémios no concurso literário referindo que é sempre positivo ter boas notícias, sejam de educação ou de que área for. Estes bons resultados serão acarinhados e devem ser elogiados por todos. Depois, disse que regista com agrado o salto positivo, de que tantas vezes falou, do Índice de Transparência Municipal. Armamar, durante dois anos, esteve, como o senhor presidente da câmara disse e muito bem, na lista dos 20 menos transparentes, do país. Em 308 municípios estava nos 20 menos. Este ano, passou para os 50 mais transparentes o que é positivo. Referiu que nem tudo, ainda, está feito e há que continuar a melhorar, colocando os documentos que ainda faltam no link

“transparência”. É notória a diferença em relação à informação que se presta, agora, aos munícipes e a todos os que a queiram consultar. Em relação às exportações disse não perceber por que tanta festa e tanto embandeirado uma vez que os números, deste ano estão mais em linha com a realidade do município. Interessa perceber o que aconteceu o ano passado para que os números das exportações tivessem sido tão baixos. Houve uma evolução significativa, é facto, em relação ao ano anterior pois o número do ano passado foi muito baixo. Referiu que muitos duvidaram quando, no ano anterior, mencionou os números e que Armamar tivesse tão baixo valor de exportações. Chegou a ouvir várias pessoas dizerem que só eles exportavam muito mais. Interessa saber o que é que aconteceu para esses valores não terem sido declarados, o ano passado. Este ano, o aumento é positivo mas, há que ter em conta que o aumento, em relação ao ano anterior, teve a ver com o facto de, o ano passado, o número ser demasiado baixo. -----

Fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

“ Como na última assembleia não me deixaram falar mais, tenho de vir hoje aqui responder a algumas acusações que foram feitas: na última assembleia foram muitos aqueles que falaram do Boletim Informativo da CDU, referiram que continha algumas mentiras, mas poucos se atreveram a dizer, afinal, qual era a sua verdade dos factos. Um dos poucos que tentou argumentar foi o Sr. Presidente da junta de Armamar. Sobre a Fundação, o Sr. Presidente da junta de Armamar referiu que o prédio de Lamego foi vendido porque precisa de obras de mais de 300 mil euros. A pergunta que lhe faço é a seguinte: o prédio já foi vendido a algum tempo, quando é que foram feitas obras nesse valor? Tenho conhecimento que não foram feitas quaisquer obras nesses valores, o que comprova que o prédio não devia ter sido vendido. -----

Pergunto ao senhor presidente da câmara, como membro do conselho de administração da Fundação, por que venderam o prédio por um valor abaixo da avaliação das finanças? O prédio foi avaliado para as finanças em mais de 700 mil euros, o prédio foi vendido em saldo por 500 mil, porquê? -----

Por que é que na sequência da venda do prédio, dispensaram o contabilista que já trabalhava a algum tempo com a Fundação, o que sempre deu provas de competência e profissionalismo. Por que é que o dispensaram, na sequência da venda do prédio? ----

Educação -----

Na última sessão foram feitas algumas acusações em relação aos números que



apresentei sobre os resultados dos alunos nos exames nacionais. Importa recordar que esses números só foram apresentados para contrariar a narrativa super-otimista que tinha sido apresentada, anteriormente, em que parecia que tudo já estava feito em matéria de educação. Para tentarem justificar os resultados pouco satisfatórios foram feitas um conjunto de acusações que não correspondem à verdade: fui acusado de apresentar números desatualizados, o que é falso, os números que foram apresentados eram os últimos que tinham sido divulgados na altura, como tive ocasião de explicar na sessão anterior; fui acusado de comparar escolas de contextos diferentes, o que não é bem assim, se retirarmos do ranking as poucas escolas do distrito de Viseu que não se encontram no mesmo contexto de Armamar, continuamos a verificar que Armamar continua no fundo da tabela. Depois, para tentar justificar mais uma vez os resultados, foi feita uma acusação que eu considero muito grave, que não posso deixar passar. Foi dito aqui pelo sr. Deputado Joaquim Duarte, que alguns professores reprovam propositadamente os seus alunos para não estragarem a média da escola. Uma vez que os alunos que já estão reprovados pela avaliação interna vão fazer os exames nacionais, mas como autopropostos, logo não entram na média de escola. Trata-se de uma acusação muito grave, e por isso pergunto-lhe quais são as escolas que reprovam propositadamente os seus alunos para não estragarem a média da escola? Quais foram os professores que fizeram isso? -----

Depois para tentar manchar o meu bom nome, andou a dizer por aí, que eu que disse aqui na Assembleia que os professores eram os responsáveis pelos maus resultados dos alunos, o que é profundamente falso. Na política não pode valer tudo, não me importo que diga o que eu falo aqui na assembleia, não pode é dizer exatamente o contrário daquilo que eu disse. O sr. Deputado ouviu de viva voz o que eu disse, teve oportunidade de ler o discurso escrito vertido em ata e mesmo assim foi capaz de proferir tamanha mentira. Para que não restem dúvidas sobre o que eu disse, vou voltar a dizer e está escrito em ata da sessão de setembro, pág. 16, é só ir lá ver: -----

“Que fique bem claro, que não atribuo os resultados poucos satisfatórios dos alunos aos professores, estes fazem o que podem e o que não podem. Ninguém mais que os professores quer que os seus alunos tenham bons resultados. Também não atribuo a responsabilidade à escola, estes resultados pouco satisfatórios são apenas mais uma evidência das dificuldades sociais e económicas de que muitas famílias enfrentam, contrariando assim o discurso super-otimista que em que Armamar em matéria de

educação tudo está muito bem, que todos vivem muito bem, que em Armamar não há dificuldades económicas e sociais que deveriam merecer uma atenção maior por parte do município.” -----

Se alguém denegriu a imagem dos professores não fui eu, não fui eu que afirmei que alguns professores reprovam propositadamente os seus alunos para que a escola tenha bons resultados nos rankings. Não conheço a maioria dos professores que lecionam em Armamar, mas mesmo que conhecesse, seria incapaz de dizer mal dos meus pares. Jamais poria em causa a sua competência e o seu profissionalismo, quanto mais dizer que os meus colegas reprovam os seus alunos propositadamente. -----

Depois foram proferidas mais um conjunto de afirmações que eu considero tão ridículas, que não merecem qualquer comentário da minha parte, como por exemplo, dizerem que o que queríamos era o fim do ensino secundário em Armamar, é tão ridículo que nem sequer merece qualquer resposta.” -----

Joaquim Duarte, fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

“ Senhor presidente da assembleia municipal, senhores membros da mesa da assembleia, senhor presidente da câmara municipal e vereação, senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta de freguesia, antes de iniciar o meu discurso quero apenas dizer que exercerei o meu direito de defesa depois da intervenção do senhor presidente da câmara. -----

Janeiro trouxe teatro ao concelho, teatro produzido cá dentro sobre as nossas tradições, sobre as nossas memórias comunitárias, os nossos lugares, por gente que escolheu viver cá, que faz daqui a sua vida, e que tem orgulho em viver em Armamar. Falar de teatro é falar dos “Filhos do Vento”, é falar de cultura quando se é parte interessada poderá ser presunçoso mas estar calado, remetido ao silêncio não cumprio o meu papel de intervir, de divulgar o que se faz por cá, nas diferentes áreas culturais. Sente-se cada vez mais a necessidade de um espaço cultural, de um fórum, ou de um auditório, embora importante não seja o nome, mas sim o espaço e a dinâmica que se pode criar com esse espaço. Não vamos colocar os diferentes tipos de cultura nos pratos da balança, nem escrever que a minha cultura é melhor que a tua, nem apelidar o que fazem os outros, como a cultura do “Zé Pagode”, como alguém nos tivesse passado um certificado de culturalmente evoluído comparado com o que produzem os outros. As diferentes “culturas” têm lugar, mas têm que ter um espaço de



desenvolvimento, um espaço onde se possam expressar, e contribuir para o futuro de tendências culturais e sobretudo o expressar da alma de um povo. -----

Mas não é só um espaço, é necessário outro olhar, mesmo olhar das juntas de freguesia que podem levar aos seus fregueses, o teatro, nas suas terras, onde podem contactar com as tradições culturais, com o seu património imaterial cultural. -----

Agora senhor presidente, sempre tive alguma dificuldade em compreender, sobretudo aceitar que se “alindem” espaços, e passado algum tempo se rebente com esses espaços que estão a sofrer nova intervenção, neste caso, ajardinar. Não compreendo, que na primeira intervenção esta situação não fosse prevista, e na altura deveriam ter sido feitas as obras necessárias, como por exemplo, a colocação de equipamento de apoio. Depois temos passeios defeituosos, aos altos e baixos, ou estacionamento irregulares, ou estradas com desnível prejudicial à circulação automóvel quando com uma planificação adequada ter-se-ia evitado estas situações. -----

Quem me conhece sabe que sou teimoso, e persisto nas minhas ideias, e nos meus sonhos, e nos meus objetivos. Por acreditar continuo a lutar, nem que seja contra moinhos de vento, mas sempre de forma porfiada, e sempre tentada. Esta primeira parte serve para introduzir somente três palavras, e mais uma vez. Aldeia de Pai Calvo. Armamar tem dentro do seu território um grande exemplo do Alto Douro Vinhateiro do século XIX, o Alto Douro Vinhateiro antes da filoxera, antes deste produto de consumo rápido que se quer transformar hoje esta terra. As pedras, agora em ruínas, os caminhos do seu silêncio, guardam histórias daqueles que trabalharam, daqueles que calcorream os seus caminhos, que com seu esforço produziram um vinho de qualidade, vinho único que a vegetação atual que encobre aquela terra o prova. Pai Calvo, hoje, aldeia fantasma, terra de vinho bom, merecia um outro olhar, um olhar mais atento, que nas suas paredes, no seu espaço, a construção de um centro interpretativo do Alto Douro Vinhateiro, nomeadamente, no que concerne ao retrato do trabalho dos jornaleiros, do seu sofrer diário, das suas rotinas. A aldeia de Pai Calvo seria o autêntico Museu do Douro, do Douro Real, do Douro agreste, do Douro de nove meses de inverno e três de inferno, do Douro dos jornaleiros, que sem nada de seu construíram, moldaram este Douro, a que a todos atrai, mas a que poucos lhe dedicaram atenção. -----

Sabemos que aquilo que afirmo não passará de um sonho, porque só juntando os interesses do município com os interesses privados se conseguiria ter sucesso. Muitas

das vezes esses interesses são inconciliáveis, mas se nada se fizer, iremos perder um património histórico considerável, porque hoje, cada vez mais, a aposta passa pelo património cultural imaterial integrado nos espaços reais, mas também, pelos centros interpretativos que recriam épocas importantes da nossa memória coletiva. É esse património que nos identifica como povo e nos diferencia de uma cultura cada vez mais globalizada, cada vez mais *fast food*. É esse património que nos faz criar laços com a nossa terra, com o nosso concelho, com a nossa história, com a nossa memória, e nos orgulha por ser diferente. -----

Deixo aqui mais uma vez este repto, é somente um pequeno alerta, consciente que as minhas palavras esgotar-se-ão no seu efeito no final do meu discurso, mas não ficaria bem com a minha consciência se não o fizesse, não ficaria bem. Fazemos nós a diferença, ousamos nós fazer essa diferença. -----

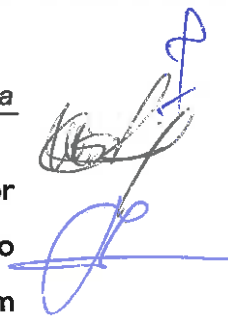
Por último, gostaria de evocar aqui uma figura, uma figura que nunca fez parte das minhas opções políticas, que nunca teve direito ao meu voto, mas mereceu sempre o meu respeito, não a minha simpatia, apesar dos seus erros, alguns dos seus excessos, mas cada vez que exercia o meu direito de votar, cada vez que exercia o meu direito de expressar-me livremente, de dar a minha opinião de forma livre e descomprometida, como hoje faço aqui nesta tribuna, devia em parte a ele, à sua coragem, à sua forma de, na altura certa ter sabido inverter o caminho, ter sabido como a formiga no carreiro parar a marcha que nos faria despenhar numa ditadura totalitária de esquerda. Por isso tenho de lembrar aqui as suas palavras, no comício da Fonte Luminosa, no Verão Quente de 75: -----

“ O dia de hoje foi um dia grave na história do nosso povo. Depois de uma campanha alarmista de boatos sem precedentes, de uma “intentona” artificial, de uma falsa conjura com intenção de enganar o povo; depois disso, organizaram-se barreiras para impedir que o povo dos arredores de Lisboa, deputações do povo Portugal viesse aqui manifestar-se livremente, em favor da liberdade, da democracia”. -----

É uma cúpula de paranóicos, a direção do PCP. É uma cúpula de irresponsáveis a dos dirigentes Intersindical, que não representam o povo português. -----

Ontem como hoje, a ele, Mário Soares, a minha sentida homenagem e obrigado! -----
Tenho dito.” -----

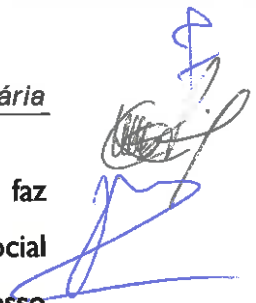
Passaram a fazer parte dos trabalhos Márcio Morais e Ricardo Fonseca. -----



Presidente da câmara municipal, respondendo a Manuel Paiva começou por agradecer as suas palavras sobre o Índice de Transparência Municipal e sobre o trabalho que levou o município de Armamar a estar, hoje, no Top 50 deste índice. Em relação ao que referiu a seguir disse que, para si, já não é novidade porque mesmo quando os números são positivos o PCP/CDU vê sempre qualquer coisa para diminuir o que é bem feito. Como ter dito, que a subida nas exportações se deveu ao baixo valor do ano anterior. O ano passado, os números serviram para criticarem e eram números fidedignos mas, hoje, como os resultados são muito superiores e superaram a expectativa de toda a gente, aqui d'el rei que o que estava errado eram os números do ano passado e que estes não são para valorizar. De uma forma séria, deve valorizar-se o que é valorizável e a subida de 387% nas exportações deve deixar, todos os armamarenses, satisfeitos. Os números são do INE, não são da câmara e serão, com certeza, fidedignos. Quanto à Fundação, disse que é muito triste que um partido utilize, num boletim, uma IPSS, como esta, para fazer *fait divers*. A instituição merece respeito por tudo o que faz pelo concelho e, em sua opinião, é muito mau estarem a envolvê-la em combates políticos. Não querendo fugir às questões disse que em relação ao prédio de Lamego, conforme Manuel Paiva diz ter informações de que este ainda não sofreu obras e que já está ocupado sugeriu que, para a próxima sessão de assembleia, se este achar necessário, se convide o novo proprietário do prédio para lhe vir prestar todos os esclarecimentos: quantos apartamentos tem arrendados, qual o valor das rendas, qual é o rendimento que tira, que obras fez, etc. A partir do momento que a Fundação fez o negócio, achando a direção que era um bom negócio, o presidente da câmara nada mais tem a ver com o assunto. Em relação à venda abaixo do valor patrimonial deu o exemplo dos lotes da Zona Industrial. Disse que se a câmara os fosse vender tendo em conta o valor patrimonial, não vendia um, sequer, porque esse valor é seis vezes mais o preço base a que a câmara os vende. As avaliações não são feitas por "nós", são feitas através de fórmulas da Autoridade Tributária e o valor patrimonial é a referência para o pagamento de impostos. Em relação à afirmação que fez de que o contabilista da Fundação foi dispensado por causa deste negócio, referiu que essa afirmação "é de bradar aos céus" e é de alguém que não conhece, efetivamente, o que se passa na instituição. O contabilista foi dispensado antes deste negócio se concretizar o que aconteceu pela falta de confiança, da direção, por este passar informações de dentro da instituição para o exterior através de redes sociais e

a pessoas que nada tinham a ver com a Fundação. Não se querendo envolver, como tem feito, em trocas de “galhardetes” entre membros da assembleia, não quis deixar de comentar a seguinte questão que fez a Joaquim Duarte: “diga lá quais foram as escolas que reprovaram esses alunos?” Disse que Joaquim Duarte lhe deveria responder conforme este respondeu quando, na assembleia anterior, lhe perguntaram quais foram os deputados do PSD que o intimidaram e o silenciaram. ----- Quanto à intervenção de Joaquim Duarte referiu que, como este sabe, uma das grandes pretensões do município é avançar para a construção de um espaço cultural. Já se fizeram várias *démarches* nesse sentido, desejando ter reunidas as condições para avançar. Os trabalhos de jardinagem, os passeios e as estradas serão sempre alvo de reparações mas não podem ser feitas todas ao mesmo tempo, contudo a câmara estará atenta. -----

Joaquim Duarte, como lhe foi pedido para vir dizer quais as escolas que reprovaram, propositadamente, os seus alunos, referiu que a fonte é o Jornal Público. Foi o Ministério da Educação quem disse que as escolas públicas que estão nos primeiros lugares apresentavam taxas de reprovação de 52 a 54%. Quando em 100 alunos 54, por exemplo, reprovam algo não vai bem e isso é claro. E como o ministério sabe isso decidiu mudar a forma de fazer os rankings. A realidade é esta: há escolas que até podia dizer os nomes, em que isso, infelizmente, acontece. Está mencionado no Jornal o Público e em documentos oficiais do ministério. Estes dados também estão disponíveis na plataforma MISE e, quem tiver acesso, pode consultar. Em relação à escola de Armamar e aos últimos dados, infelizmente, esta não ficou bem e os dados são reais. Em português, no exame do 12.º ano ficou na posição 76 em 500 e tal escolas, foi muito bom. Em biologia, ficou nas 150 primeiras. Infelizmente, em matemática ficou nas últimas 40. Por isso, é que os dados foram bastante baixos. Em relação ao que Manuel Paiva referiu sobre andar a falar lá fora o que este diz nas assembleias disse o seguinte: “você tem tanta importância para mim que não lhe dedico sequer, um segundo depois de sair desta assembleia”. Voltando aos dados da educação referiu que saíram, recentemente, os resultados de Pisa onde Portugal pela primeira vez ficou acima da média da OCDE, nos primeiros lugares a nível mundial. Informou de que uma das escolas selecionadas, para aplicação do teste de Pisa, foi a de Armamar em que os seus alunos participaram. Não se sabe se contribuíram para esses



excelentes resultados, mas estiveram lá. Acrescentou que a escola de Armamar faz parte do contexto 3, o mais desfavorecido, onde 70% dos alunos têm ação social escolar, o diz alguma coisa. Por essa razão muito dificilmente poderá obter o sucesso de outras escolas de meios mais favorecidos. Disse ter muito orgulho naquilo que faz enquanto professor e que no seu trabalho, na avaliação que os seus alunos obtêm está muito desse trabalho. Referiu que não é como a maior parte dos seus colegas que se esquecem de que se os alunos têm sucesso, o professor também tem e se o aluno não tem sucesso a culpa foi dele. No sucesso de todo o trabalho está muito do profissional que está por detrás do ensino. -----

Manuel Paiva, referiu que ficou, aqui, registado que Joaquim Duarte fez acusações graves mas, depois, não as concretizou. Não disse que escolas e professores reprovaram, propositadamente, os alunos para que os mesmos não estragassem as médias nacionais de escola. Depois, aproveitou esta oportunidade para, mais uma vez, dizer mal dos professores. Quando ele diz que em muito do sucesso dos alunos está o trabalho do professor e também o dele próprio, como fez questão de afirmar na primeira pessoa, é verdade, obviamente que sim. Depois disse mais “eu não sou como a maior parte dos outros docentes que não se importam com o trabalho, que os alunos tenham sucesso e dizem se não o têm a culpa é dos alunos”. Aproveitou esta oportunidade para, novamente, dizer mal dos professores, o que não lhe não fica bem. É uma classe digna que não merece ser denegrida desta forma. -----

Apreciação da informação escrita acerca da atividade do município, bem com da repetiva situação financeira (cujo original passou a constituir o anexo I à ata). -----

Abertas as inscrições, ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Intervalo 15 minutos. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O presidente da assembleia municipal, reiniciou os trabalhos às 11h25m e comunicou que continuam ausentes: Hernâni Almeida, Maria dos Prazeres Mendonça, Paulo Tolda, Rui Gaspar, António Pinto e passou a estar ausente Rui Fernandes. -----

1) Análise e votação da ata da sessão anterior; -----

Deliberação: Aprovada por maioria com 20 votos a favor e 3 abstenções, a saber: Paulo Vieira, Jorge Rodrigues e o presidente de junta de freguesia de Queimadela, José Carlos Encarnação. -----

2) Eleição do 2.º secretário da mesa da assembleia municipal: -----

Presidente da assembleia municipal, para conhecimento de todos, comunicou que o grupo municipal do PPD/PSD indicou Luís Manuel Costa Rodrigues para ocupar o lugar de segundo secretário da mesa da assembleia municipal. Pediu que na votação quem se quiser pronunciar favoravelmente, escreva “sim”, quem se quiser pronunciar contra, escreva “não” e, quem quiser abster-se, vote em branco. -----

Deliberação: Foi eleito Luís Manuel Costa Rodrigues, com 17 votos a favor, 1 voto nulo e 5 votos em branco. -----

3) Contrato de comodato com a união das freguesias de São Romão e Santiago – Edifício onde funcionou a EBI de São Romão (cuja minuta passou a constituir o anexo II à ata): -----

Presidente da câmara municipal, pediu permissão para falar, em simultâneo, do contrato de comodato da EBI de São Romão e de Santiago, uma vez que o assunto é o mesmo. Referiu que a minuta do contrato de comodato é à imagem do que tem sido feito com outras freguesias do concelho. O senhor presidente de junta da união das freguesias de São Romão e Santiago manifestou o interesse em administrar os edifícios. Por parte da câmara e seguindo a deliberação do órgão executivo nesse sentido, propõe-se à assembleia que autorize a celebração destes dois contratos. -----

Abertas as inscrições, ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

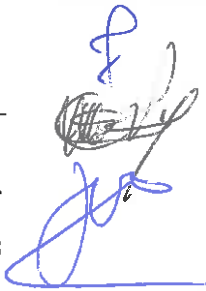
4) Contrato de comodato com a união das freguesias de São Romão e Santiago – Edifício onde funcionou a EBI de Santiago (cuja minuta passou a constituir o anexo III à ata): -----

Abertas as inscrições, ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

5) Reconhecimento de interesse público municipal – Projeto de investimento em Turismo – Turismo em espaço Rural – Agroturismo -----

Presidente da câmara municipal, em relação a esta matéria, sob pena de se banalizarem estes pedidos de interesse municipal referiu que o órgão executivo, dentro das competências que lhe estão atribuídas, fez o que lhe competia, enviar à



assembleia o pedido da declaração de interesse municipal. Posteriormente, percebeu-se que o promotor pede esta declaração para fins de candidatura às medidas enquadradas no Turismo em Espaço Rural. Referiu que lhe parece que o processo não está, devidamente, instruído para que a assembleia se possa pronunciar porque o interesse municipal destes investimentos deve conhecer-se com outra profundidade, saber o que este tipo de projetos significa, em si, em termos de arquitetura e investimento, quantos postos de trabalho poderão vir a ser criados, etc. Depois, aí sim, a assembleia poderá pronunciar-se sobre o interesse municipal do investimento. Sugeriu que a assembleia se pronuncie no sentido de requerer ao promotor que faça chegar mais elementos para que, numa próxima assembleia, se possa discutir o assunto. -----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

Ricardo Fonseca, disse que concorda, plenamente, com a posição do senhor presidente da câmara quanto estas situações porque, na verdade, vir pedir interesse municipal baseado numa pretensão de investimento junto do PDR 2020, parece uma perfeita anormalidade. O interesse municipal deve ser tido em conta de forma séria e com dados concretos, em termos de projeto. Chamou a atenção para assuntos que, às vezes, não se dizem nas assembleias mas que devem ser ditos. Pediu que, na informação a enviar ao promotor do projeto, seja mencionado que a aceitação de um eventual pedido de reconhecimento de interesse municipal, terá de ser na condição de que, ele próprio respeite o interesse municipal. Isto, porque acerca de 10 anos o promotor do projeto cortou um caminho público quando interveio neste espaço. Referiu que nunca votará a favor do interesse municipal para alguém que não o respeita. Tendo em conta essa premissa, esta é uma boa oportunidade para dizer ao promotor do projeto que quem reclama interesse municipal tem de respeitar o interesse dos munícipes e não pode estar a querer “sol na eira e chuva no naval”.

Manuel Paiva, sugeriu que, se a proposta não reúne informação suficiente, seja retirada da ordem do dia. Disse não conhecer o promotor nem a situação mas o que Ricardo Fonseca disse, parece mais um ajuste de contas em relação àquilo que o promotor fez e não deveria ter feito. Aí, discordou totalmente. Não se pode usar o interesse municipal ou outro instrumento qualquer como ajuste de contas seja do que for. Se cortaram o caminho deveriam ter sido chamados à responsabilidade, na altura. -

Ricardo Fonseca, disse a Manuel Paiva que não veio fazer qualquer ajuste de contas.

Não foi com essa pretensão que falou da situação até porque tudo o que seja investimento para o concelho agrada-lhe e tudo faz para o seu desenvolvimento como: viver, criar riqueza, desenvolver atividade, pagar impostos e criar emprego. Portanto, não tem contas a ajustar com o promotor do projeto e nem o conhece. Mencionou que é sua obrigação alertar para o facto pois não quer que daqui a 2, 3 ou 4 anos, quando o projeto, eventualmente, estiver em andamento, se venha a vetar o interesse municipal porque o promotor não o respeita. Esta é, uma boa oportunidade para por as coisas no seu lugar. Informou de que o caminho em causa vai de Fontelo até ao São Joaquinho. -----

Presidente da assembleia municipal, por sugestão do senhor presidente da câmara e da assembleia propôs a retirada do assunto da ordem do dia. -----

Deliberação: Este ponto foi retirado da ordem do dia. -----

6) Informação 76DGUA17 – Área de Reabilitação Urbana (ARU) Armamar:

Transcrição do teor da informação: -----

“ Na reunião de 13 de Maio de 2016 a Câmara Municipal de Armamar em reunião do executivo municipal (anexo) aprovou por unanimidade a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Armamar (anexo) em conformidade com o artigo 13.º da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto. -----

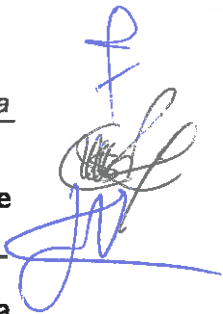
De referir que o documento aprovado estava devidamente fundamentado e contendo, de acordo com o n.º 2 do artigo 13.º: -----

- Memória descritiva e justificativa, incluindo os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir; -----

Planta com correspondência cadastral com a delimitação da Área abrangida; -----

- Quadro com os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, nos termos da alínea a) do artigo 14.º. -----

Acresce ainda que, o ponto n.º 4 do Aviso/Convite n.º NORTE-16-2016-10 define: “... O presente Concurso temo como objetivo a apresentação de PARU(S), com âmbito territorial incidente nos centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas industriais abandonadas e dentro de uma área de Reabilitação Urbana (ARU), ou em ARU em processo de delimitação, desde que o início esteja aprovado pela Câmara Municipal e seja concluído no prazo de um ano...”, pelo que é imprescindível a submissão do projeto de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Armamar, à aprovação da Assembleia Municipal, publicá-lo através de aviso na 2.ª série do Diário da República e



divulgá-lo na página eletrónica do município, bem como remeter ao IHRU o ato de aprovação. -----

Nestes termos cabe à Assembleia Municipal deliberar sobre a aprovação da delimitação da ARU, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 32/2012 de 14 de Agosto “ A delimitação das áreas urbanas de reabilitação urbana é da competência da assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal.” -----

Autor do parecer e categoria: Maria Marta, técnico superior. -----

Informação do dirigente: Tendo em conta as exigências de aprovação da delimitação da ARU, deve o conteúdo da mesma ser objeto de deliberação da Assembleia Municipal. Deixo a presente proposta à consideração superior.” -----

Presidente da câmara municipal, referiu que a Área de Reabilitação Urbana da Vila de Armamar foi aprovada em reunião de câmara a 13 maio de 2016, pelo órgão executivo. A sua delimitação foi sujeita a verificação por parte das entidades competentes, neste caso, da Comissão de Coordenação da Região Norte para ser definida a versão final. À luz da legislação, este projeto de delimitação tem de vir à assembleia municipal, para aprovação. -----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

Paulo Vieira, tendo em consideração a proposta de aprovação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) para a vila de Armamar que corresponde ao perímetro urbano consolidado, condição obrigatória, para depois ser aprovado submeter candidatura aos fundos comunitários questionou o seguinte: “porque não foram aprovadas as áreas de reabilitação urbana há mais tempo?”. Referiu que grande parte dos municípios da região já tem quadros de compromissos de planos de reabilitação urbana pela CCDRN. Certamente, irão começar as obras mais cedo. Espera-se que as dotações não sejam gastas e o município de Armamar venha a ficar de fora devido a uma opção tardia da câmara. Fez as seguintes questões: “já delinearão as opções, em termos de reabilitação, para o perímetro a aprovar, ou seja, que obras pretendem candidatar? Equacionaram a delimitação de outras ARUS noutras freguesias? Estudaram a possibilidade de outras freguesias cumprirem os critérios para terem uma ARU e beneficiarem das candidaturas”? -----

Manuel Paiva, pediu para ser corrigido se estiver errado. Percebeu que quem definiu o perímetro de área urbana foi a câmara e pelo que viu, o perímetro engloba apenas e

só, a vila de Armamar. Questionou a causa de não englobar toda a freguesia de Armamar e se havia condições em termos de critérios para a englobar, no seu todo. Depois, e mais uma vez, pediu para ser corrigido e referiu que quem estiver dentro deste perímetro de área de reabilitação urbana irá ter uma série de benefícios fiscais, quer em termos de IMI, quer em termos de apoio à construção, etc. Perguntou se não é de equacionar um projeto de reabilitação para todo o município que não se restrinja, apenas, a este perímetro. Podem ser outros vetores ou outros modelos de modo a que, quem tem património, por exemplo, a precisar de reabilitação o possa fazer com estes benefícios fiscais ou outros, ajudando-os a reabilitar o património que poderá estar em perigo. -----

Presidente da câmara municipal, respondendo em primeiro lugar à intervenção de Paulo Vieira disse que acha estranho e não sabe onde obteve a informação de que as ARUS dos outros concelhos foram aprovadas antes da de Armamar. Até porque foram todas aprovadas, ao mesmo tempo, pela Comissão de Coordenação da Região Norte no dia 29 de dezembro de 2016, em reunião do conselho diretivo da comissão. Andam todos ao mesmo tempo e o facto de, hoje, a ARU ser aprovada em assembleia não implica que, quer o município de Armamar, quer outros municípios já não tenham feito as candidaturas ao PARU. Uma das regras que a CCDRN definiu era aceitar as candidaturas de todos os municípios mesmo não estando validadas pelas suas assembleias municipais que se realizam no mês fevereiro, onde as ARUS serão aprovadas. Não se vão perder as dotações orçamentais que andarão na ordem dos 880 mil euros e se uma das ações for executada até final de maio deste ano terá um acréscimo de 7,5% desse valor. O problema, de se perder qualquer tipo de financiamento ou de participação nestas candidaturas, não existe. Em relação à área a reabilitar, “tivemos” de nos cingir às regras impostas e as áreas de reabilitação urbana tinham de cumprir uma série de critérios porque a maior parte das verbas destinadas à parte pública era para requalificação de espaços e equipamentos públicos. Este plano de reabilitação urbana tem um mecanismo financeiro para os privados e para a recuperação do património privado, nomeadamente, o que tem a ver com os espaços comerciais, etc. Não havia outra hipótese de apresentar uma ARU que não fosse para a sede do concelho como fez a maioria dos municípios. Disse conhecer apenas um, do Douro Sul, que apresentou mais que uma ARU, foi o município de

Sernancelhe que o fez para a sede do concelho e para Freixinho por se tratar de uma aldeia classificada. Quanto aos projetos, o que está previsto é a requalificação do Jardim da Nossa Senhora da Conceição, a da Rua do Outeiro, o espaço atrás do Crédito Agrícola, a requalificação do piso inferior do mercado municipal e a do largo da Rua Cândido dos Reis onde foram demolidas as casas para fazer surgir uma nova Praça com alguns lugares de estacionamento. São estes os projetos que estão definidos. -----

Em relação às questões de Manuel Paiva, disse que tentaram propor, à Comissão de Coordenação, que se englobasse toda a freguesia mas, eles acharam e definiram, como limite da própria ARU, a zona da Bica do Hospital. Alegaram que se entrava numa zona de expansão e de novas construções que fugia do âmbito e do espírito desta reabilitação urbana que tem como grande objetivo não só, a requalificação do espaço público mas também, promover a do património privado percebendo-se que os núcleos históricos de Armamar, e não só, têm uma série de edifícios em estado avançado de degradação e era necessário avançar para uma intervenção. É lógico que há, para os promotores privados, alguns benefícios tanto em termos de IMI como na parte financeira, embora o plano financeiro destinado aos privados não tenha a ver com verbas a fundo perdido. Tem a ver com um plano financeiro diferente e que é reembolsável, na totalidade. -----

Deliberação: Aprovado por maioria com 22 votos a favor e 1 abstenção a saber: presidente da união das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião, José António Guedes. -
7) Pedido de autorização para consulta e contratação de empréstimo a curto prazo (nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do RFALEI) até ao montante de 350.000,00 EUR – Ratificação (cuja cópia passou a constituir o anexo IV à ata) -----

Presidente da câmara municipal, referiu que este assunto já veio à última assembleia e, conforme explicou na altura, como a sessão decorreu em novembro e a contratação do empréstimo só iria acontecer no final do mês de dezembro, ultrapassava os trinta dias de validade das propostas. De qualquer forma, era obrigatório trazer as propostas à assembleia municipal para todos perceberem qual foi a ganhadora, quais as entidades consultadas e quais as condições que foram apresentadas. Portanto, pede-se a ratificação da autorização dada, por esta assembleia,

na sessão do mês de novembro. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções. -----

Ricardo Fonseca, pediu a palavra para prestar a sua sincera homenagem a dois artesãos que faleceram recentemente, o senhor Baltasar Teixeira e o senhor Anacleto Cruz, que foram embaixadores deste concelho e o enriqueceram com a sua arte. A eles, publicamente, deixou o seu agradecimento. -----

Presidente da câmara municipal, pediu para fazer duas correções em relação a uma informação vertida na página 10 da informação periódica. Referiu que a execução das casas mortuárias de Armamar e Vacalar não é da responsabilidade da autarquia, conforme está escrito, mas sim das respetivas juntas de freguesia. Há a colaboração do município para as duas obras mas, para bem da verdade, quis fazer esta correção. -----

Encerramento da reunião -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Forma de Votação -----

Todas as deliberações desta reunião foram votadas sob a forma nominal, excetuando-se a eleição do 2.º secretário da mesa da assembleia municipal. -----

----- Não havendo mais nada a tratar foi, pelo presidente da assembleia municipal, encerrada a sessão, às doze horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente:



Primeiro secretário:



Segundo secretário:

